

O todo e as partes: uma análise da desigualdade de crédito entre os estados brasileiros e os determinantes do crédito bancário com a aplicação de dados em painel

Marcos Roberto Vasconcelos¹

José Ricardo Fucidji²

Luiz Guilherme Scorzaface³

Dannyel Lopes de Assis⁴

Resumo

Este artigo discute a distribuição do crédito e do atendimento bancário entre as unidades da federação, entre 1994 e 2002. Além da discussão das principais modificações na estrutura do Sistema Financeiro Nacional no período, são apresentados também alguns índices de evolução e concentração do crédito em nível estadual e, com maior precisão estatística, são feitas algumas inferências dos determinantes do crédito bancário no Brasil, a partir da análise de dados em painel. Os resultados apontam para uma significativa concentração do crédito na região Sudeste (especialmente em São Paulo) e, como seu principal determinante, a mudança de controle de bancos com marcada atuação regional, resultante das aquisições e fusões setoriais. Esta mudança de controle teve como corolário a transferência das decisões estratégicas – e mormente relativas ao crédito –, concentrando-as na região Sudeste. Contrariando as expectativas iniciais, a privatização de bancos estaduais não apresentou efeitos significativos sobre o volume de crédito bancário.

Palavras-chave: Brasil – Bancos; Crédito Bancário; Economia Regional; Desigualdades Econômicas Regionais.

Abstract

This paper deals with the distribution of banking credit and branches by Brazilian states between 1994 and 2002. Besides the report of the major changes in the National Financial System at that period, it shows also some figures of concentration and dynamics of state-level banking credit and, with finer statistical tools, some inferences of the determinants of banking credit in Brazil, based upon Panel Data Analysis. The main results point out to significant credit concentration in the Southeast region (especially São Paulo) and, as its major determinant, the change in the shares control of banks with sharp regional presence – deriving of mergers and acquisitions in the sector along this period. That control changing have had as its corollary the transfer of strategical decisions – viz. credit-related decisions –, concentrating them in the Southeast. Against our expectations at the beginning of the paper, the privatization of state-owned banks did not show important effects on the level of banking credit.

Key words: Banking competition; Banking credit; Regional economics; Regional economic inequalities.

JEL G21, G34, E51, R12.

(1) Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: <mrvasconcelos@uem.br>.

(2) Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: <jrfucidji@uem.br>.

(3) Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: <lgdsscorzaface@uem.br>.

(4) Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Email: <dannyel_lopes_de_assis@hotmail.com>.

Introdução

Embora a existência de um sistema financeiro capaz e disposto a atender à demanda creditícia das empresas não seja condição suficiente para o crescimento econômico, por certo é uma importante condição necessária. A disponibilidade de crédito em condições de prazos, custos e quantidades adequadas viabiliza, para os agentes econômicos, o efetivo aproveitamento das oportunidades de investimento que se mostrarem rentáveis *ex ante*. Inexistindo a oferta de crédito, os agentes realizam os investimentos até o limite dado por seus fundos próprios previamente acumulados. E isso pode tanto restringir a acumulação de capital físico como atrasar a trajetória tecnológica de um país ou região, subvertendo assim seu potencial de crescimento econômico. Mais recentemente, Eichengreen & Hausmann (1999) e Larain & Velasco (2001) levantaram a hipótese de que a inexistência de um sistema financeiro doméstico habilitado a conceder empréstimos de longo prazo também pode ser um dos motivos para as recorrentes crises cambiais e financeiras que se abatem sobre os países em desenvolvimento e os impedem de trilhar trajetórias mais estáveis de crescimento. De fato, o reconhecimento da relevância dessa conexão entre sistema financeiro e crescimento econômico mostra-se crescente, por exemplo, nas discussões referentes às novas teorias de crescimento econômico.⁵

No Brasil, tal discussão não tem passado despercebida. Afinal, há um secular reconhecimento de que as condições de oferta interna de crédito não se mostram à altura das necessidades do país e, assim, tornam-se um óbice a seu crescimento econômico a longo prazo. Diante disso, procurou-se, ao longo dos anos 90, submeter o sistema bancário brasileiro a um amplo processo de reestruturação. Tal processo desenrolou-se com:

- (a) privatização de bancos públicos estaduais;
- (b) ampliação da participação de bancos estrangeiros no país; e
- (c) redução do número e a consolidação dos grandes grupos bancários privados nacionais.

Em termos de promover o aumento da oferta de crédito, a reestruturação bancária apresenta, por enquanto, resultados frustrantes. Por outro lado, no plano microeconômico, ela proveu o país de um sistema bancário sólido e capaz de resistir aos efeitos deletérios de choques econômicos, reduzindo a possibilidade de risco sistêmico.

Há, porém, outro aspecto desse processo de reestruturação ainda pouco discutido e analisado: sua dimensão regional. Afinal, o movimento de privatização de bancos públicos estaduais e a consolidação do sistema em torno de grandes grupos privados nacionais e estrangeiros dificilmente foram neutros em termos da

(5) Ver, por exemplo, Jayaratne & Strahan (1996) e Levine & Zervos (1998).

distribuição regional das operações de crédito e do foco de interesse das instituições bancárias.

No presente trabalho, buscamos apresentar algumas respostas sobre a indagação a respeito de quais foram os efeitos da reestruturação bancária observada nos últimos anos sobre a distribuição regional de crédito entre os estados. Entre os resultados, encontramos evidências que apontam para um aumento da já forte concentração do crédito bancário no estado de São Paulo. Expomos também, por meio de um estudo de dados em painel, quais seriam os determinantes do crédito nos estados brasileiros, em particular os efeitos das aquisições e privatizações bancárias sobre o crédito per capita estadual. Contrariando nossa hipótese inicial, as estimativas apontam para uma influência estatisticamente não significativa das privatizações sobre o crédito per capita dos estados.

Além dessa introdução, o artigo possui mais quatro seções. Na seção 1, apresentamos, em linhas gerais, os principais fatos do processo de reestruturação bancária brasileiro. Na seção seguinte, consideramos os impactos desse processo sobre a distribuição do crédito bancário entre os estados. Na seção 3, através de um estudo de dados em painel, expomos quais seriam os principais determinantes do volume de crédito bancário nos estados. A seção seguinte conclui o artigo.

1 Reestruturação bancária brasileira a partir do Plano Real

Nesta seção, analisamos os principais movimentos do processo de reestruturação bancária no Brasil, ocorridos a partir da implementação do Plano Real. Afinal, nos anos que se seguiram à implantação desse plano, observaram-se tanto a abertura do mercado bancário brasileiro às instituições bancárias estrangeiras como a intensificação do processo de privatização dos bancos públicos estaduais. Ambas podem ser entendidas como respostas dadas pelo governo federal à fragilização de diversos bancos nacionais e, por conseguinte, à ameaça de uma crise bancária a partir de 1995.

Essa fragilização bancária, por sua vez, foi um efeito colateral do sucesso do Plano Real em reduzir em um curto espaço de tempo as taxas de inflação (Carvalho, 2001). Repentinamente, os bancos brasileiros viram-se desprovidos de sua principal fonte de receitas, a denominada “transferência inflacionária”, que surgia da não correção monetária integral dos depósitos à vista e de outras aplicações de curtíssimo prazo mantidos por indivíduos e empresas junto aos bancos.⁶ Graças às elevadas taxas de inflação observadas até julho de 1994, essa transferência de recursos dos agentes não bancários para os bancos inchava a participação do setor bancário no produto interno bruto brasileiro (Bassoli &

(6) Segundo pesquisa IBGE/ANDIMA (1997), de 1990 a 1995, entre 30% e 40% do valor adicionado pelo setor bancário foi representado por ganhos originados pela inflação (cf. Carvalho, 2001, p. 11).

Pessoa, 2000), além de os tornarem “administradores de ‘fundos’ de investimento antes que intermediadores de crédito” (Andrezo & Lima, 1999, p. 202).⁷

Assim, a redução dos índices inflacionários no segundo semestre de 1994 implicou acentuada perda de receita para os bancos. Os ganhos inflacionários, que representavam 26% da receita total dos 40 maiores bancos brasileiros em 1993, caem, no primeiro semestre de 1995, para uma participação de apenas 1,3%. Segundo Barros & Almeida Júnior (1997, p. 2-4), essa redução deve ter representado, “a valores de 1994, algo próximo a R\$ 19 bilhões de perda para os bancos decorrentes da estabilização de na economia brasileira”.

Com o intuito de compensar essa perda, os bancos procuraram, já no segundo semestre de 1994, expandir suas operações de crédito junto ao setor privado. Fizeram isso mesmo antes de criar sistemas eficientes de mensuração e administração de riscos de crédito ou executar os ajustes necessários em seus modelos operacionais (Barros & Almeida Júnior, 1997, p. 5). Tal alternativa parecia ser factível, pois naquele período verificou-se um aumento nos gastos dos consumidores e empresas, otimistas com as perspectivas que se abriam para a economia brasileira. Da mesma forma, vários grupos bancários entenderam que a expansão de operações de crédito junto ao setor privado seria uma maneira de conquistar parcela de mercado e, por conseguinte, tornar-se mais competitivo no novo contexto macroeconômico. Ademais, havia uma demanda por crédito, reprimida pelas quase duas décadas de inflação elevada (Cerqueira, 1998, p. 43). Como resultado, entre junho de 1994 e março de 1995, o crédito bancário cresceu 80,9% (Kretzer, 1996) – em especial o crédito para consumo – e as receitas bancárias originadas de operações de crédito ampliaram-se de forma expressiva.

Todavia, o crescente desequilíbrio do balanço de pagamentos brasileiro e a crise mexicana, em dezembro de 1994, frustraram as expectativas dos agentes econômicos. Em reação a esses eventos, o governo federal, no início de 1995, promoveu um aperto na política monetária que conduziu à contração da liquidez, por intermédio do aumento dos recolhimentos compulsórios sobre depósitos e aplicações bancárias,⁸ e à elevação da taxa de juros. Isso acentuou ainda mais o quadro de desaceleração econômica e fez aumentar os índices de inadimplência bancária, após os bancos terem expandido em 58% seus empréstimos para o setor privado no primeiro ano do Plano Real (Barros & Almeida Júnior, 1997, p. 5).

Logo surgiram os primeiros casos de problemas financeiros em instituições bancárias. Bancos de grande porte como Econômico (8^o em depósitos e 6^o em operações de crédito) e Nacional (4^o em depósitos e 2^o em operações de

(7) Conforme McQuerry (2001, p. 33), essa situação cômoda dos bancos nacionais, na qual auferiam altos lucros “carregando” títulos públicos, fazia com que eles se mostrassem reticentes diante de qualquer proposta de liberalização do setor bancário brasileiro.

(8) O recolhimento compulsório sobre depósitos à vista elevou-se de 48% para 100%; aquele sobre os depósitos de poupança, de 10% para 30%; também estabeleceu-se o recolhimento de 30% sobre o saldo dos depósitos a prazo.

crédito, segundo balanços publicados em 1993) passaram a enfrentar dificuldades de liquidez, o que obrigou à intervenção do Banco Central. O primeiro passou para o regime de administração especial temporária; o segundo foi incorporado pelo Unibanco com a ajuda financeira do governo federal. No total, 17 bancos foram liquidados ou tiveram que sofrer intervenção do Banco Central entre o início do Plano Real e dezembro de 1995, abrangendo 110 mil correntistas.

Diante da percepção de que o sistema bancário brasileiro estava fragilizado e, portanto, novos casos semelhantes aos dos bancos Econômico e Nacional poderiam acontecer, o governo federal procurou construir mecanismos que fortalecessem e reestruturassem o sistema, bem como tornassem mais efetiva e preventiva a ação do Banco Central no setor bancário. Entre as medidas, destacamos o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), implantado em 1996.

Todavia, achava-se difícil promover um amplo processo de consolidação bancária que envolvesse apenas os bancos nacionais, pois, além de muitos deles estarem passando por dificuldades de adaptação ao novo contexto macroeconômico (McQuerry, 2001, p. 39), tal estratégia poderia resultar num sistema bancário altamente concentrado (Carvalho, 2001, p. 13) e com baixo nível de pressão competitiva. Ademais, promoveu-se o argumento de que o ingresso e aumento da presença de bancos estrangeiros no país seriam de interesse nacional, uma vez que eles agregariam mais capital, conhecimento, tecnologias e concorrência ao sistema bancário doméstico. Tudo isso, somado ao desejo de atração de divisas para o país, fez com que o governo encontrasse na permissão e, até mesmo, no estímulo ao ingresso de bancos estrangeiros no país uma forma adicional de promover a reestruturação do sistema bancário brasileiro, bem como de inserir mais rapidamente, nesse sistema, técnicas e práticas de crédito que ampliassem o volume e as condições de financiamento para empresas e consumidores.

De fato, desde 1995 – quando da Exposição de Motivos n. 311, apresentada pelo ministro da Fazenda –, o presidente da República começou a usar de forma mais intensa a prerrogativa, dada pela Constituição Federal de 1988 (artigo 52 do Ato das Disposições Transitórias), que lhe faculta o direito de permitir a entrada, no mercado brasileiro, de instituições bancárias estrangeiras. Portanto, o processo de liberalização bancária no Brasil não se deu a partir de mudanças na legislação; foi sim, entre outros fatores, uma opção de política econômica das autoridades diante da necessidade de promover de forma mais segura a adaptação do sistema bancário brasileiro à nova conjuntura macroeconômica de inflação em baixos patamares.

Com essa nova postura do governo federal, o primeiro grande caso de entrada de banco estrangeiro no varejo bancário brasileiro deu-se em março de 1997, com a compra do Bamerindus pelo grupo britânico *Hongkong Shanghai*

Banking Corporation (HSBC). Ademais, a operação de aquisição do Bamerindus pelo HSBC foi carregada de simbolismos. Primeiro, por se tratar da primeira transferência, nos anos 1990, de um grande banco brasileiro para um grupo estrangeiro, bem como do primeiro caso, no Brasil, em que “a falência de uma grande instituição doméstica foi resolvida mediante sua venda a entidade estrangeira” (Puga, 1999, p. 22); segundo, pelo fato de o principal acionista do Bamerindus ser, na época, senador da República e ex-ministro do governo então no comando do país. Com essa ação, o governo federal talvez quisesse mostrar que o Banco Central teria, dali para a frente, total apoio para promover os ajustes considerados necessários no sistema bancário nacional e que, portanto, caberia aos bancos nacionais enquadrar-se rapidamente às novas regras e condições da economia. Estavam abertas, então, as condições institucionais, econômicas e políticas para o capital externo ampliar sua participação no setor bancário nacional.

Tabela 1
Privatizações de bancos públicos estaduais e federais

Banco privatizado	Comprador	Data do leilão	Valor (em R\$ milhões)	Ágio sobre o preço mínimo (em %)
Estaduais ⁽¹⁾				
Banerj (RJ)	Itaú	26/06/1997	311,1	0,35
Credireal (MG)	BCN	07/08/1997	121,3	n.d.
Bemge (MG)	Itaú	14/09/1998	583,0	85,50
Bandepe (PE)	ABN Amro	17/11/1998	182,9	0,00
Baneb (BA)	Bradesco	22/06/1999	251,9	3,18
Banestado (PR)	Itaú	17/10/2000	1.625,0	303,00
Banespa (SP)	Santander	20/11/2000	7.050,0	281,02
Paraiban (PB)	ABN Amro	08/11/2001	76,5	n.d.
BEG (GO)	Itaú	04/12/2001	665,0	121,14
BEA (AM)	Bradesco	24/01/2002	182,9	0,00
Subtotal			10.958,3	
Federais				
Meridional (RS)	Bozano, Simonsen	04/12/1997	265,6	54,90
Total			11.344,2	

⁽¹⁾Inclusive bancos estaduais que, antes de ser vendidos para o setor privado, foram “federalizados”.

Fonte: Elaborada pelos autores com base em informação da imprensa.

O estímulo ao ingresso de bancos estrangeiros prosseguiu em 1997 e 1998, reforçado pelo discurso de que a internacionalização do sistema bancário brasileiro tornaria o país menos vulnerável às crises internacionais (ver, por

exemplo, Moura, 1998, p. 98). Neste quadro, a privatização de vários bancos públicos, em especial dos estaduais, abriu novos espaços para a consolidação bancária e também, em menor grau, para o ingresso e ampliação da presença de bancos estrangeiros no país, conforme sugere a Tabela 1.

Tabela 2
Número de instituições bancárias em funcionamento

Data	Jun/1994	Dez/2000	Dez/2002
Bancos públicos federais	6	5	9
– Múltiplos e comerciais	4	3	7 ⁽¹⁾
– De desenvolvimento	1	1	1
– Caixa Econômica Federal	1	1	1
Bancos públicos estaduais	34	17	6
– Múltiplos e comerciais	26	13	6
– De desenvolvimento	7	4	0
– Caixa Econômica Estadual	1	0	0
Bancos privados nacionais	147	76	80
Bancos com controle estrangeiro	19	13	62
Bancos privados nacionais com participação estrangeira	19	59	10
Total	246	197	167

⁽¹⁾ Incluem-se os bancos estaduais federalizados: Maranhão, Santa Catarina, Ceará e Piauí. Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Banco Central do Brasil.

Dentre as 34 instituições bancárias públicas estaduais existentes em 1994, restavam apenas 17, em dezembro de 2000, e 6 ao final de 2002 (Tabela 2). Destas últimas, uma, o Banco do Estado do Espírito Santo, encontra-se em processo de privatização administrado pelo governo capixaba. Ademais, quatro ex-bancos estaduais (Banco do Estado do Ceará; Banco do Estado do Maranhão; Banco do Estado do Piauí; e Banco do Estado de Santa Catarina), atualmente sob a administração do governo federal, esperam processo de privatização.

Mas a redução do número de bancos não ocorreu apenas no caso dos estaduais. De forma mais abrangente, o resultado do processo de consolidação bancária pode ser observado no enxugamento do número total de instituições bancárias no país, principalmente pela redução do número de bancos privados nacionais de 147 para 80. Somente os bancos com controle estrangeiro tiveram elevação no número de instituições em funcionamento, como mostra a Tabela 2. Concomitantemente à redução, foram-se formando no país grandes conglomerados bancários sediados majoritariamente em São Paulo (Quadro 1).

Quadro 1
Consolidação do sistema bancário brasileiro: 1995 a 2003

1995	2003	1995	2003
Bradesco (SP) BCN (SP) Credireal (MG) Baneb (BA) Boavista (RJ) BEA (AM) Mercantil de SP (SP) Bilbao Vizcaya (SP) Excel (SP) Econômico (BA) BancoCidade (SP)	Bradesco (SP)	Santander (SP) Banespa (SP) Geral do Comércio (SP) Noroeste (SP) Bozano Simonsen (RJ) Meridional (RS)	Santander (SP)
Multibanco (RJ) Nations Bank (RJ) Liberal (RJ)	Bank of America (RJ)	ABN Amro (SP) Real (SP) Bandepe (PE) Paraiban (PB) Sudameris (SP)	ABN Amro (SP)
Itaú (SP) Banerj (RJ) Bemge (MG) Banestado (PR) BEG (GO) América do Sul (SP) BBA Creditanstalt (SP)	Itaú (SP)	Unibanco (SP) Nacional (MG) Sul América (SP) Dibens (SP) Bandeirantes (SP) Banorte (PE) Credibanco (RJ)	Unibanco (SP)

Fonte: *Gazeta Mercantil*, 15 jan., 2002; dados de imprensa coletados pelos autores.

Em síntese, desde 1994, com a redução das taxas de inflação, a queda das receitas inflacionárias, a ameaça de crises bancárias sistêmicas, as mudanças na legislação, regulação e supervisão bancária governamental, a liberalização controlada e internacionalização do mercado bancário, a privatização das instituições bancárias estaduais, entre outros fatos, vem avançando o processo de consolidação do setor bancário brasileiro. Até o momento, ele se desdobrou e se realimentou tanto pela entrada de bancos estrangeiros no país quanto pela reação dos grandes grupos bancários nacionais. Como corolário desse processo, observamos a internacionalização e o aumento do grau de concentração do sistema bancário brasileiro.⁹ Apesar de alguns grandes bancos terem desaparecido (Nacional, Bamerindus e Banespa), o impacto maior deu-se sobre os bancos de médio porte, fossem de atuação regional ou nacional, públicos ou privados, que acabaram absorvidos, como pode ser visto no Quadro 1, por bancos estrangeiros ou por um dos três grandes grupos nacionais, todos com sede no estado de São Paulo. Portanto, ocorreu também um processo de concentração regional dos centros decisórios das instituições bancárias atuantes no Brasil.

(9) Para evolução dos índices de concentração bancária, ver Rocha (2001).

2 Distribuição regional do atendimento e do crédito bancário

Conforme registros do Banco Central do Brasil, das 167 instituições bancárias em funcionamento no Brasil, 99 possuem sede no estado de São Paulo (97 na capital e duas no interior) e 22 no Rio de Janeiro. Os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul têm 9 sedes cada um. O Paraná é sede de 5 instituições, sendo um deles o banco estrangeiro HSBC. Apenas 12 instituições mantêm sede na região Nordeste, sendo, dentre estas, 4 localizadas na Bahia, 3 em Pernambuco, 2 no Ceará. Sergipe, Maranhão e Piauí complementam a lista. Portanto, a reestruturação bancária dos últimos anos reduziu drasticamente o número de instituições financeiras com foco mais regional, pois ocorreu o desaparecimento tanto de bancos estaduais como de grupos privados de médio porte, que tinham em estados ou em regiões sua principal área de atuação.

Indiscutivelmente, muito desse “enxugamento” deveu-se à má gestão tanto pública quanto privada. O fato, porém, é que implicou um processo de concentração bancária, submetendo as regiões menos desenvolvidas às decisões estratégicas de grandes grupos bancários nacionais e estrangeiros. Isso, potencialmente, teria efeitos perversos em termos de desenvolvimento regional, pois causaria uma redução da oferta de serviços e créditos bancários nos estados mais pobres.

Afinal, com base em dados da economia italiana, Bonaccorsi di Patti & Gobbi (2001) mostram que a mudança da estrutura bancária para um nível de mais elevada concentração e de redução de bancos de médio porte têm impactos negativos persistentes sobre o volume de crédito bancário disponibilizado para pequenas e médias firmas. Segundo os autores, bancos de menor porte e de caráter regional teriam vantagens comparativas na aquisição de informações referentes aos potenciais tomadores de crédito de pequeno e médio porte. Porém, quando esses mesmos bancos fossem incorporados por grandes conglomerados, a vantagem desapareceria, com o crédito às firmas menores tornando-se *ex ante* mais sujeito a problemas de assimetria de informações.

Além da concentração de sedes de instituições bancárias no estado de São Paulo, observamos também o crescimento da proporção de municípios no país desprovidos de agências bancárias (exceto nos estados da AM e BA), sendo este um dos indicadores da ainda precária situação do atendimento bancário.

Foram montados três indicadores de atendimento bancário, apresentados na Tabela 3, a saber: a densidade de agências (número de agências para cada 100 mil habitantes), porcentagem de municípios sem agências bancárias (incluindo os que possuem apenas postos de atendimento bancário e postos avançados) no total de municípios do estado e a participação de dois bancos públicos federais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) no total de agências do estado. Adicionalmente, a tabela apresenta a distribuição do total de agências no território nacional.

Tabela 3
Atendimento bancário por estados e regiões (1994 e 2002)

	Agências por 100 mil habitantes		Municípios sem agências (%)		Bancos federais		Distribuição das agências					
	1994	2002	1994	2002	1994	2002	BB		CEF		Outros	
	1994	2002	1994	2002	1994	2002	1994	2002	1994	2002	1994	2002
Brasil	11,00	9,67	60,73	67,67	28,36	28,44	100	100	100	100	100	100
Região Norte	6,24	4,29	63,18	71,71	27,56	35,75	4,58	5,15	3,01	2,89	4,18	3,12
AC	8,57	4,26	45,45	72,73	26,83	44,00	0,29	0,26	0,11	0,18	0,25	0,12
RO	8,07	5,17	47,50	69,23	18,00	40,54	0,42	0,81	0,28	0,30	0,67	0,37
AM	5,64	4,39	69,35	64,52	24,26	26,92	0,75	0,84	0,57	0,54	0,84	0,80
RR	7,96	4,04	0,00	80,00	19,05	42,86	0,10	0,16	0,06	0,06	0,14	0,07
PA	5,43	3,89	54,55	60,14	32,21	34,26	2,28	2,11	1,48	1,27	1,65	1,38
AP	4,86	3,10	80,00	81,25	22,22	37,50	0,10	0,16	0,06	0,06	0,11	0,08
TO	8,80	5,72	79,67	85,61	31,11	47,83	0,64	0,81	0,45	0,48	0,52	0,30
Região Nordeste	5,98	4,89	51,10	60,01	47,61	44,70	29,75	24,76	20,45	18,32	11,49	11,06
MA	5,57	4,26	51,61	56,22	38,70	39,27	2,76	2,46	1,59	1,27	1,47	1,26
PI	4,42	3,62	77,60	84,17	60,50	59,05	1,76	1,56	1,02	0,84	0,38	0,36
CE	5,68	4,43	44,02	53,26	44,33	44,25	3,80	3,34	3,13	2,83	1,77	1,58
RN	5,29	4,56	65,22	74,25	59,56	60,77	1,82	1,91	1,42	1,21	0,45	0,43
PB	5,72	4,32	62,75	78,52	60,32	56,95	2,80	1,98	1,59	1,51	0,61	0,54
PE	6,76	5,36	21,47	49,73	44,36	41,34	4,78	3,86	4,37	3,62	2,30	2,13
AL	6,12	3,88	49,00	63,73	51,23	63,39	1,72	1,49	1,70	1,51	0,65	0,34
SE	10,69	8,02	32,00	42,67	36,42	36,49	1,50	1,23	0,97	0,96	0,90	0,79
BA	5,76	5,43	46,27	40,77	49,44	40,06	8,81	6,93	4,66	4,57	2,96	3,63
Região Sudeste	13,08	12,51	14,94	23,86	21,57	21,99	35,96	39,57	44,49	49,85	56,22	60,85
MG	11,51	10,07	22,88	36,11	32,05	30,63	12,26	11,44	13,52	12,84	10,68	10,74
ES	11,40	9,56	1,30	16,67	37,38	36,60	2,18	2,14	3,01	2,77	1,65	1,62
RJ	10,86	11,31	2,47	4,35	19,93	21,68	5,17	6,94	7,56	8,86	9,60	10,92
SP	14,88	14,40	8,64	11,32	17,07	18,36	16,35	19,05	20,40	25,38	34,29	37,57
Região Sul	15,88	13,35	24,57	31,46	29,79	31,44	21,91	22,55	24,66	23,15	21,38	19,72
PR	15,51	12,94	14,02	20,80	27,36	28,23	7,31	7,65	8,75	7,35	8,24	7,62
SC	17,00	14,45	20,00	25,26	30,53	32,17	5,37	5,70	5,06	4,89	4,73	4,54
RS	15,66	13,14	36,53	43,66	31,62	33,99	9,23	9,20	10,85	10,91	8,41	7,56
Região Centro-Oeste	13,89	9,73	26,53	40,26	31,01	35,29	7,80	7,97	7,39	5,79	6,74	5,25
MS	15,92	10,18	0,00	29,87	30,59	37,16	1,82	1,91	2,11	1,33	1,73	1,14
MT	13,34	8,14	28,21	51,80	29,53	40,57	2,08	2,20	1,36	1,08	1,72	1,06
GO	13,30	10,34	34,48	36,99	31,98	32,47	3,90	3,86	3,92	3,38	3,29	3,05

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do SISBACEN.

Várias observações devem ser feitas:

(a) a densidade de agências reduziu-se em todos os estados, à exceção do RJ, o que reflete também a busca de eficiência das instituições, face à reestruturação bancária;

(b) contudo esta redução foi menor em quatro estados (BA, SP, RN e PI) e significativa em todos os demais;

(c) esta redução da densidade de agências expressa-se em todos os demais indicadores, sendo importante observar que mesmo os bancos públicos federais parecem estar direcionando seu foco estratégico aos grandes mercados do Sudeste e Sul, uma vez que reduzem relativamente sua presença no Norte e Nordeste;¹⁰

(d) contudo a presença destes bancos públicos federais é tanto mais importante quanto mais “desassistido” é o estado em termos de agências bancárias.

Mesmo que, em relação ao total nacional de agências, a parcela dos bancos federais tenha caído nos estados mais “atrasados”, a participação de tais bancos em relação ao número de agências local pode ter aumentado, simplesmente pela permanência de tais bancos, enquanto as agências de “outras instituições” (expressão que inclui, indistintamente, bancos públicos de fomento e bancos privados) foram fechadas. Pode-se dizer mesmo que, não fosse a presença de tais bancos, tanto o atendimento bancário quanto a oferta de crédito ficaria em piores condições do que as observadas atualmente.

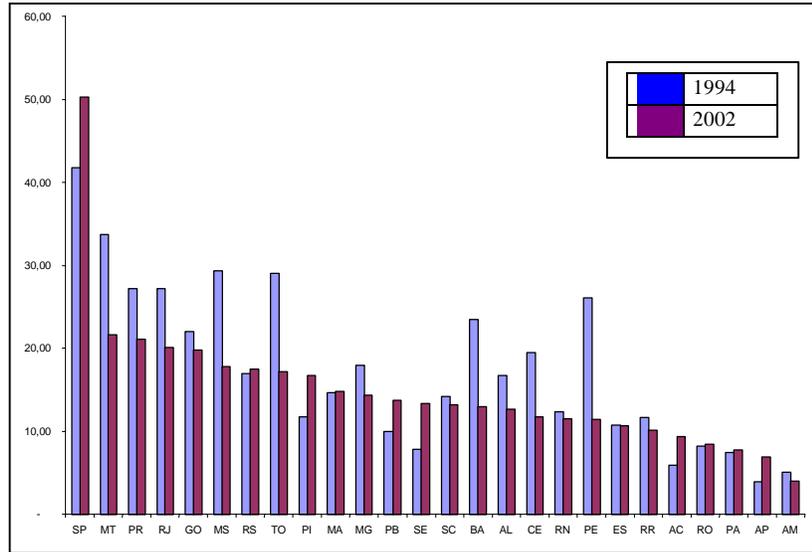
Observamos também significativa desigualdade da relação crédito bancário/PIB estadual, conforme indicado no Gráfico 1. A relação crédito bancário/PIB no Brasil (Gráfico 2), além muita baixa, encobre grandes diferenças entre os estados. Se considerarmos apenas o estado de São Paulo, essa relação, em 2002, é de 50,3%, muito acima da observada nos demais estados.

Ademais, como pode ser verificado no Gráfico 1, a evolução das razões crédito/PIB dos estados aponta para a concentração do crédito em São Paulo, dado que esse estado foi o que mais avançou em pontos percentuais em tal razão, acentuando a desigualdade entre os estados.

Para termos uma percepção mais precisa desse aumento, construímos alguns indicadores de desigualdade. Selecionamos os créditos por Unidade da Federação (UF), em bases mensais, de agosto de 1994 a novembro de 2002. Uma primeira análise que pode ser feita relaciona-se ao volume agregado de crédito no Brasil. Representando em torno de 30% do PIB, possui média bem inferior à dos países desenvolvidos e, mesmo, à de alguns países da América Latina. O Gráfico 2, apresenta a proporção crédito total/PIB para o Brasil. Os valores do crédito são a média anual do estoque de crédito total em valores correntes; a série do PIB foi construída também em valores correntes, fornecidos pelo Banco Central.

(10) Este movimento parece ser mais pronunciado no caso da CEF que do BB.

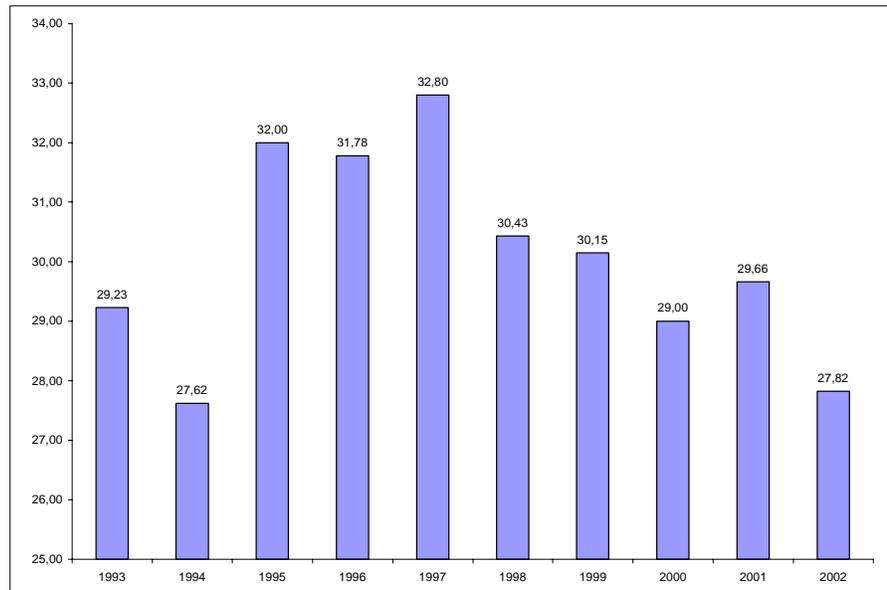
Gráfico 1
Razão crédito/PIB estadual (1994-2002)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do SISBACEN e Contas Regionais IBGE.

Gráfico 2
Proporção crédito total/PIB: 1993-2002

Em %



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do Banco Central do Brasil.

Após termos verificado um avanço nos primeiros anos do Plano Real, a partir de 1998 notamos uma tendência de queda, pois, com o despontar das crises internacionais em meados de 1997, começa a haver uma contração de crédito. Sendo assim, os dados sobre o crédito por UF foram separados em dois subperíodos: 1994-1998 e 1999-2002, para captar tanto a mudança no comportamento do crédito como os impactos das aquisições de bancos estaduais e regionais pelos grandes bancos nacionais e de controle estrangeiro.

A partir da hipótese de concentração regional, procuramos verificar as diferenças de taxas de crescimento do estoque de crédito entre as UF, e entre capitais e interior. Observando os vários gráficos da evolução do crédito a preços constantes (não reportados), não se percebe uma tendência nítida de concentração do crédito *dentro das UFs* (isto é, concentração de crédito na capital das UFs). As taxas de médias de crescimento mensal do crédito bancário e seus graus de significância podem ser vistos na Tabela 4, respectivamente para os totais, para as capitais e para os interiores dos estados.

A partir da Tabela 4, destacamos dois aspectos. Em **primeiro lugar**, a taxa média de crescimento do crédito é positiva no primeiro período e negativa no segundo (ao nível de significância de 1%) para o Brasil. O mesmo ocorre nas capitais e nos interiores de cada UF. Notamos, porém, que a queda no período 1998-2002 é geralmente mais suave nos interiores que nas capitais, o que explica a não-concentração nas capitais.¹¹ Em **segundo lugar**, analisando as grandes regiões, a única que apresenta tendência de crescimento para o período 1994-2002 é a região Sudeste. Nesta, as maiores tendências de crescimento são do Espírito Santo e São Paulo (ambas com nível de significância de 1%). A praça do Rio de Janeiro, por outro lado, apresenta a maior taxa de queda do crédito na região, para o período 1998-2002 (superior à queda nacional e regional).

Existem alguns casos em que a concentração efetivamente ocorre a favor das capitais. No caso de São Paulo, por exemplo, enquanto, entre 1994 e 1998, o crédito cresceu mais acentuadamente no interior que na capital (significância de 1%), entre 1999 e 2002 observa-se queda de crédito no interior e crescimento na capital. A região Sul, assim como o estado de São Paulo, apresentam uma maior queda do crédito no interior do que na capital – só que, neste caso, *a concentração de crédito na capital* explica-se pela forte tendência de queda no interior entre 1994 e 1998. Outros estados nos quais existe uma tendência de concentração de crédito estatisticamente significativa a favor da capital são os da Região Norte – exceto Amazonas –, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte (estes últimos com um peso inferior a 1,5% no total do crédito nacional).

(11) Estas observações devem alertar o leitor para olhar tais taxas de evolução com cuidado, pois são taxas estimadas pela função *log-linear* $\ln Y_t = \alpha + \beta_t + v_t$, ou seja, a reta que melhor se ajusta ao formato da série efetivamente observada, onde Y_t é o valor do crédito no período t e a taxa de evolução é $100\beta_t$.

Tabela 4

Taxas de crescimento média mensal das operações de crédito no Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação (ago./94 – nov./02) – Em %

	Total			Capital			Interior		
	94-98	99-02	94-02	94-98	99-02	94-02	94-98	99-02	94-02
Brasil	0,506 ⁽²⁾	-0,445 ⁽²⁾	-0,024	0,426 ⁽²⁾	-0,502 ⁽²⁾	-0,011	0,707 ⁽²⁾	-0,301 ⁽²⁾	-0,040
Norte	1,695 ⁽¹⁾	-1,256 ⁽²⁾	-0,599 ⁽²⁾	2,131 ⁽¹⁾	-1,825 ⁽²⁾	-0,165	0,317	0,594 ⁽²⁾	-0,982 ⁽²⁾
Acre	1,026 ⁽²⁾	0,641 ⁽²⁾	0,026	1,245 ⁽²⁾	0,571 ⁽²⁾	0,103	-0,488 ⁽²⁾	1,202 ⁽²⁾	-0,511 ⁽²⁾
Amapá	2,104 ⁽²⁾	-0,482 ⁽¹⁾	0,708 ⁽²⁾	2,207 ⁽²⁾	-0,670 ⁽²⁾	0,703 ⁽²⁾	-0,881 ⁽²⁾	4,909 ⁽¹⁾	0,514 ⁽²⁾
Amazonas	1,763 ⁽²⁾	-1,698 ⁽²⁾	0,029	1,797	-1,924 ⁽²⁾	-0,071	1,194	1,265 ⁽²⁾	0,394
Pará	1,776	-1,538 ⁽²⁾	-0,805 ⁽²⁾	2,041 ⁽²⁾	-2,132 ⁽²⁾	-0,305	0,494	0,596 ⁽²⁾	-1,105 ⁽²⁾
Roraima	1,651 ⁽²⁾	0,749 ⁽¹⁾	-0,241 ⁽²⁾	1,761 ⁽²⁾	0,724 ⁽¹⁾	-0,209	0,196	1,054 ⁽²⁾	-0,544 ⁽²⁾
Rondônia	0,969 ⁽²⁾	-1,695 ⁽²⁾	-0,337 ⁽²⁾	4,133 ⁽²⁾	-2,764 ⁽²⁾	1,344 ⁽²⁾	0,033	-0,699 ⁽²⁾	-1,078 ⁽²⁾
Tocantins	1,323 ⁽²⁾	-1,659 ⁽²⁾	0,269 ⁽²⁾	1,507 ⁽²⁾	-2,183 ⁽²⁾	0,369 ⁽²⁾	0,886 ⁽²⁾	-0,264 ⁽²⁾	0,212
Nordeste	0,524 ⁽¹⁾	-1,578 ⁽²⁾	-0,390 ⁽²⁾	0,403	-0,390 ⁽²⁾	-0,606 ⁽²⁾	0,899 ⁽¹⁾	-0,563 ⁽²⁾	0,245 ⁽¹⁾
Alagoas	1,914 ⁽²⁾	-1,907 ⁽²⁾	-0,258 ⁽¹⁾	2,173 ⁽²⁾	-2,315 ⁽²⁾	-0,317 ⁽¹⁾	0,643	-0,648 ⁽²⁾	0,007
Bahia	0,027	-1,504 ⁽²⁾	-0,083	-0,176	-1,974 ⁽²⁾	-0,448 ⁽²⁾	0,535	-0,638 ⁽²⁾	0,228 ⁽¹⁾
Ceará	0,002	-1,650 ⁽²⁾	-1,012 ⁽²⁾	0,958 ⁽²⁾	0,387 ⁽²⁾	0,535 ⁽²⁾	1,889 ⁽²⁾	-1,441 ⁽²⁾	0,274
Maranhão	0,128	-1,326 ⁽²⁾	-0,736 ⁽²⁾	2,348 ⁽²⁾	-2,340 ⁽²⁾	0,404 ⁽¹⁾	1,076 ⁽²⁾	0,026	0,103
Paraíba	0,896 ⁽²⁾	-0,926 ⁽²⁾	0,638 ⁽²⁾	1,090 ⁽²⁾	-1,047 ⁽²⁾	0,729 ⁽²⁾	0,544 ⁽¹⁾	-0,732 ⁽²⁾	0,729 ⁽²⁾
Pernambuco	-0,022	-2,060 ⁽²⁾	-0,895 ⁽²⁾	-0,305	-2,501 ⁽²⁾	-1,066 ⁽²⁾	-0,982	-0,845 ⁽²⁾	-0,338 ⁽²⁾
Piauí	2,250 ⁽²⁾	-1,641 ⁽²⁾	0,541 ⁽²⁾	2,793 ⁽²⁾	-2,296 ⁽²⁾	0,501 ⁽²⁾	1,357 ⁽²⁾	-0,635 ⁽²⁾	0,639 ⁽²⁾
Rio G. Norte	1,323 ⁽²⁾	-1,659 ⁽²⁾	0,269 ⁽²⁾	1,507 ⁽²⁾	-2,183 ⁽²⁾	0,369 ⁽²⁾	0,886 ⁽²⁾	-0,264 ⁽²⁾	0,021
Sergipe	2,634 ⁽²⁾	-1,420 ⁽²⁾	0,461 ⁽¹⁾	2,947 ⁽²⁾	-1,853 ⁽²⁾	0,431 ⁽¹⁾	1,133 ⁽²⁾	-0,090	0,623 ⁽²⁾
Sudeste	0,394 ⁽²⁾	-0,107 ⁽²⁾	0,118 ⁽²⁾	0,137	-0,068 ⁽²⁾	0,008	1,278 ⁽²⁾	-0,196 ⁽²⁾	0,509 ⁽²⁾
Espírito Santo	1,014 ⁽²⁾	-0,670 ⁽²⁾	0,344 ⁽²⁾	0,648 ⁽²⁾	0,702 ⁽²⁾	0,119	2,004 ⁽²⁾	-0,626 ⁽²⁾	0,850 ⁽²⁾
Minas Gerais	-0,219	-0,276 ⁽²⁾	-0,189 ⁽²⁾	-0,812 ⁽²⁾	-0,566 ⁽²⁾	-0,725 ⁽²⁾	1,151 ⁽²⁾	0,033	0,769 ⁽²⁾
Rio de Janeiro	-0,717 ⁽²⁾	-1,072 ⁽²⁾	-0,046	-0,831 ⁽²⁾	-1,113 ⁽²⁾	-0,111	0,783 ⁽¹⁾	-0,597 ⁽²⁾	0,768 ⁽²⁾
São Paulo	0,666 ⁽²⁾	0,091	0,188 ⁽²⁾	0,451 ⁽²⁾	0,201 ⁽¹⁾	0,106 ⁽¹⁾	1,268 ⁽²⁾	-0,186 ⁽¹⁾	0,452 ⁽²⁾
Sul	-0,124	-0,859 ⁽²⁾	-0,333 ⁽²⁾	0,444 ⁽²⁾	-0,769 ⁽²⁾	0,003	-0,632 ⁽¹⁾	-0,733 ⁽²⁾	-0,606 ⁽²⁾
Paraná	-0,740 ⁽²⁾	-0,716 ⁽²⁾	-0,491 ⁽²⁾	-0,037	-0,604 ⁽²⁾	-0,011	-1,143 ⁽²⁾	-0,887 ⁽²⁾	-0,935 ⁽²⁾
Rio G. Sul	0,518 ⁽²⁾	-0,916 ⁽²⁾	-0,109	0,853 ⁽²⁾	-1,203 ⁽²⁾	-0,011	0,184	-0,615 ⁽²⁾	-0,196 ⁽²⁾
Santa Catarina	0,812 ⁽²⁾	-0,673 ⁽²⁾	0,006	2,022 ⁽²⁾	-2,491 ⁽²⁾	-0,357 ⁽¹⁾	0,548 ⁽²⁾	-0,365 ⁽²⁾	0,076 ⁽¹⁾
Centro-Oeste	0,523	-1,714 ⁽²⁾	-0,092	0,453	-1,980 ⁽²⁾	0,171 ⁽¹⁾	0,887 ⁽²⁾	-0,732 ⁽²⁾	-0,630 ⁽²⁾
Distrito Federal	0,754	-2,095 ⁽²⁾	0,607 ⁽¹⁾	0,142	-2,069 ⁽²⁾	0,392 ⁽²⁾	4,466 ⁽²⁾	-2,846 ⁽²⁾	0,028
Goiás	0,592	-0,624 ⁽²⁾	-0,672 ⁽²⁾	0,987	-1,314 ⁽²⁾	-0,622 ⁽²⁾	0,232	-0,093	-0,566 ⁽²⁾
Mato G. Sul	-0,179	-0,960 ⁽²⁾	-0,790 ⁽²⁾	0,038	-1,414 ⁽²⁾	-0,828 ⁽²⁾	-0,411 ⁽²⁾	-0,575 ⁽²⁾	-0,760 ⁽²⁾
Mato Grosso	0,718 ⁽²⁾	-1,116 ⁽²⁾	-0,641 ⁽²⁾	1,830 ⁽²⁾	-2,196 ⁽²⁾	-0,515 ⁽²⁾	0,133	-0,704 ⁽²⁾	-0,674 ⁽²⁾

⁽¹⁾ e ⁽²⁾ indicam a rejeição da hipótese nula com 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Informações do Banco Central, trabalhadas na pesquisa.

Um segundo passo foi verificar a concentração do crédito entre as UFs, medida pela participação de cada estado no crédito total. Depois de realizados alguns testes, decidiu-se retirar o Distrito Federal da amostra, por dois motivos. O Distrito Federal concentra as operações dos dois maiores bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) de modo superior ao dos demais estados. Por essa razão – e como as lógicas de empréstimo de bancos públicos e privados são diversas –, a presença do Distrito Federal poderia viesar os dados.¹² Além disso, os dados para o Distrito Federal apresentam volatilidade superior à dos demais estados (inclusive valores negativos) que talvez se expliquem por relações com demais órgãos do governo federal.

Tabela 5
Participação das Unidades da Federação no total do crédito
e evolução da participação em períodos selecionados

	Em %				
	Participação no total do crédito		Variação da participação		
	Em 08.1994	Em 11.2002	08.1994 12.1998	12.1998 11.2002	08.1994 11.2002
SP	53,68	61,09	-1,08	8,49	7,41
RJ	10,45	10,35	-1,13	1,03	-0,10
MG	6,60	5,35	-1,18	-0,07	-1,25
RS	5,59	5,21	0,56	-0,94	-0,38
PR	6,33	4,64	-0,51	-1,18	-1,69
BA	3,65	2,07	-0,61	-0,97	-1,58
SC	1,91	2,01	0,31	-0,21	0,10
GO	1,54	1,53	0,33	-0,34	-0,01
PE	2,48	1,11	-0,20	-1,17	-1,37
MT	1,35	1,03	0,87	-1,19	-0,32
CE	1,39	0,90	0,05	-0,54	-0,49
ES	0,75	0,79	0,26	-0,22	0,04
MS	1,15	0,76	-0,18	-0,21	-0,39
MA	0,39	0,45	0,38	-0,32	0,06
PA	0,66	0,43	0,23	-0,46	-0,23
PB	0,28	0,43	0,26	-0,11	0,15
RN	0,34	0,36	0,25	-0,23	0,02
AL	0,40	0,28	0,39	-0,51	-0,12
PI	0,20	0,28	0,31	-0,23	0,08
SE	0,16	0,26	0,26	-0,16	0,10
AM	0,27	0,22	0,32	-0,37	-0,05
TO	0,20	0,16	0,03	-0,07	-0,04
RO	0,14	0,16	0,04	-0,02	0,02
AC	0,03	0,05	0,02	0,00	0,02
AP	0,03	0,05	0,02	0,00	0,02
RR	0,03	0,03	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Banco Central do Brasil.

(12) Este viés está presente, em certa medida, em todas as UFs, uma vez que não conseguimos dados por instituição bancária, mas por UF. Contudo, espera-se que, no Distrito Federal, este viés seja maior, por ser a sede destes bancos e pela atuação do setor público naquela UF.

A Tabela 5 exhibe as parcelas de cada estado no crédito em ordem decrescente, em novembro de 2002. Mostram-se também as taxas de variação das parcelas de cada estado *entre* cada um dos dois períodos.¹³ A **primeira** coisa a ser notada é a diferença de sinal da participação do crédito entre os dois períodos. Se pudermos supor que

(a) as participações estaduais no crédito refletem estratégias bancárias de alocação de crédito entre regiões (atrasadas, com tomadores menores, e desenvolvidas, com tomadores de maior porte); e

(b) que estes resultados refletem o as transações de aquisição no setor bancário que ocorreram no período.

A Tabela 5 mostra evidências de que a consolidação do setor é acompanhada pela concentração de crédito. Observamos que, no período 1994-1998, houve uma relativa desconcentração regional do crédito, com o movimento oposto entre 1999 e 2002. Neste segundo período, os únicos estados que ampliaram sua participação no total nacional de crédito foram São Paulo e Rio de Janeiro. Os que mais sofreram reduções na participação foram AL, CE, RS, BA, PE, PR e MT (em ordem decrescente, quedas superiores a 0,5%).

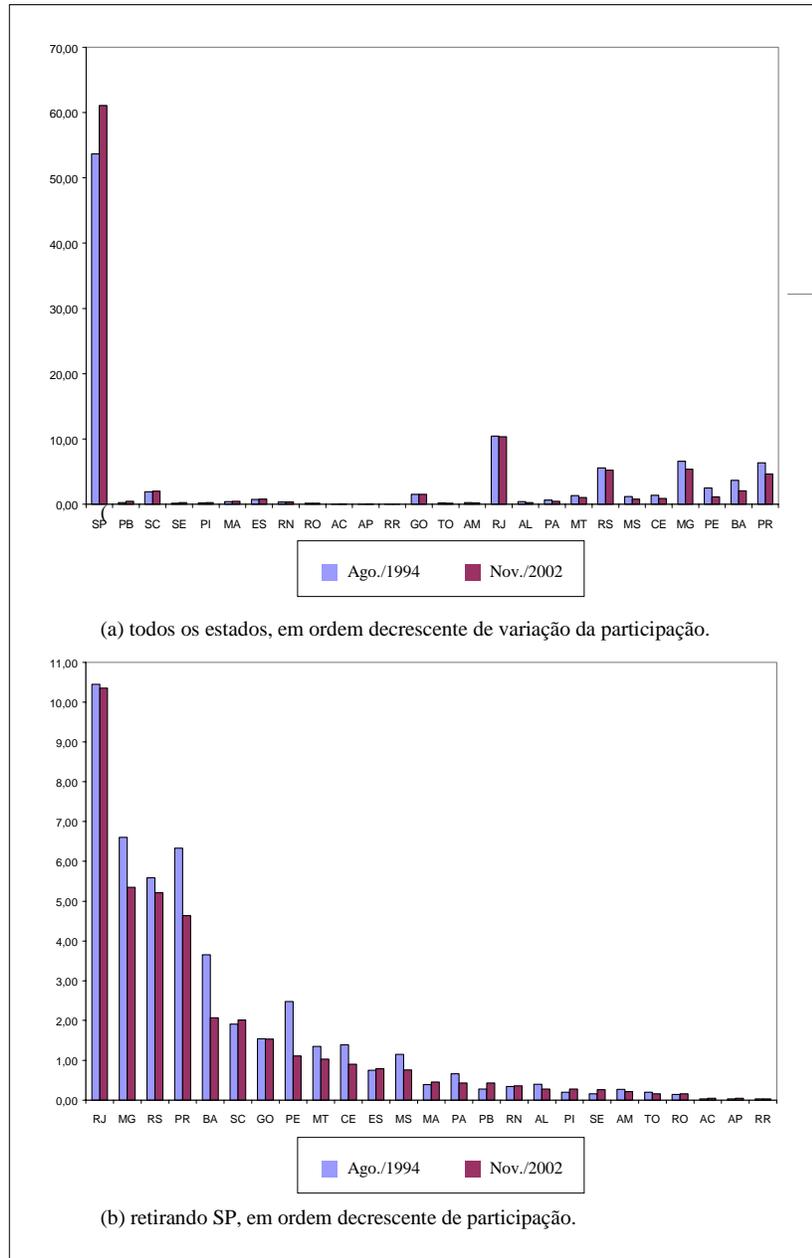
Em **segundo lugar**, classificando os estados pela taxa de variação 1994-2002, percebe-se que o crescimento da participação dos demais estados foi marginal (PB em 0,15%, SC e SE em 0,10%, PI em 0,08%). O único estado que ampliou significativamente sua parcela foi, mais uma vez, São Paulo (7,41%). Por outro lado, estados com participação expressiva em 1994 sofreram forte retração, destacando-se CE (0,5%), MG (1,25%), PE (1,37%), BA (1,58%) e PR (1,69%), todos eles estados que tiveram tanto privatizações de seus bancos estaduais (à exceção do CE) quanto o desaparecimento, por meio da aquisição, por parte de grandes bancos nacionais ou internacionais, de seus mais importantes bancos privados, muitos deles especialistas em *middle market*. Vale notar que RS e RJ, apesar de sofrerem redução de suas participações, ainda mantêm expressiva parcela do crédito nacional. Para os propósitos da presente análise, cabe destacar que Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná sofreram queda de participação no crédito nos dois períodos e estes estados também atravessaram movimentos de mudança patrimonial de bancos com forte atuação regional. Digna de nota, também, é a persistente baixa participação dos estados mais periféricos (os estados da Região Norte).

Estes dados são ilustrados nos dois painéis do Gráfico 3, que mostra a excessiva concentração do crédito na Região Sudeste. No painel (a) são apresentados todos os valores; no painel (b), retiramos os valores de SP para visualizar as diferenças. Mais uma vez, os estados com baixa participação, que conseguiram ampliar suas parcelas no total, não tiveram peso suficiente para reduzir a concentração no Sudeste (isto é, São Paulo).

(13) Vale alertar que, como foram comparadas as participações em dois períodos discretos, esses valores não correspondem à taxa média de variação no período (como na Tabela 4).

Gráfico 3
Evolução da participação dos estados no crédito total
(agosto de 1994 a novembro de 2002)

Em %



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Banco Central do Brasil.

A partir destes dados, são possíveis as seguintes proposições:

(1) a série de crédito no Brasil apresenta dois comportamentos distintos, de crescimento entre 1994 e 1998 e de retração entre 1999 e 2002;

(2) a redução de crédito foi, em geral, menos acentuada no interior dos estados que em suas capitais. Dessa maneira, não se pode afirmar que houve concentração do crédito nas capitais. As exceções são os estados da Região Sul e o estado de São Paulo (e, neste, apenas para o segundo período); e

(3) por outro lado, os dados parecem mostrar que houve concentração entre os estados da Federação, a favor da região Sudeste, particularmente de São Paulo.

Para verificar se esta tendência de concentração é consistente, apresentamos a seguir dois indicadores de concentração (coeficiente de concentração dos estados com quatro e oito maiores e menores participações, índice de Herfindahl-Hirschman e índice de entropia de Theil).

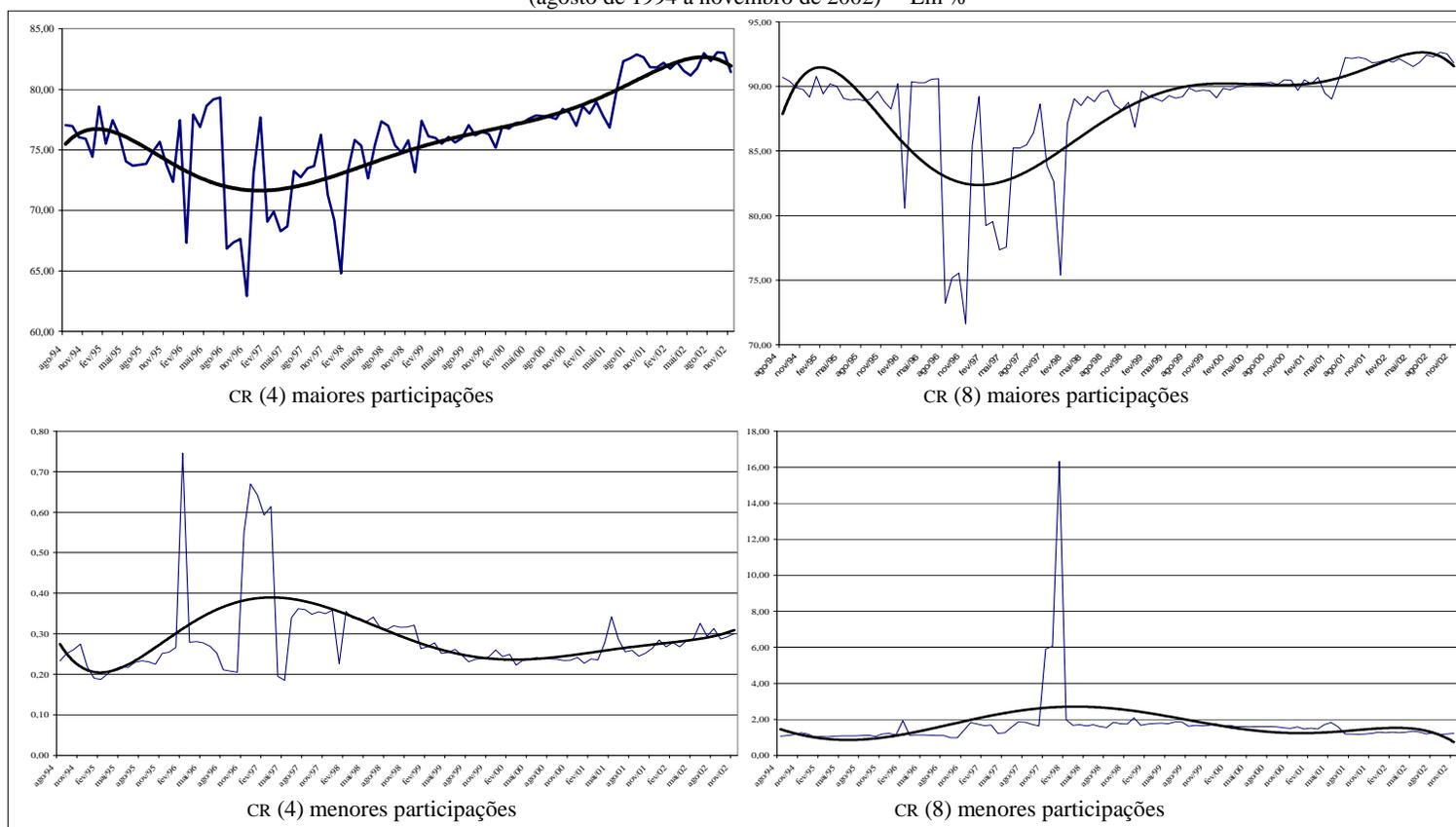
O coeficiente de concentração é dado por:

$$CR(k) = \sum_{i=1}^k s_i^2,$$

isto é, a soma das parcelas dos k primeiros (ou últimos) participantes de um mercado, classificados por sua parcela. Trata-se de um indicador bastante utilizado nos estudos de organização industrial. Os resultados da evolução (tomando 1994 como base) deste indicador, para os quatro estados com maior participação no crédito (SP, RJ, MG e PR), oito maiores (somando-se RS, BA, PE e SC aos anteriores), quatro estados com menor participação (RO, AC, AP e RR) e oito menores (somando-se AM, TO, PI e SE aos anteriores), são apresentados no Gráfico 6.

Os painéis inferiores do Gráfico 4 apresentam *outliers*, o que pode ser comprovado pelo cotejo da série em nível. No caso dos quatro menores, trata-se de valores expressivo de crédito em RO em fevereiro de 1996 e de novembro de 1996 a março de 1997. No caso dos oito menores, trata-se de valores irrepetíveis de crédito em SE (novembro e dezembro de 1997) e AM (janeiro de 1998). O recurso de ajustar uma linha de tendência nos diversos CR(4) apresenta resultados interessantes. Primeiro, existe, de fato, uma tendência à concentração do crédito nos maiores estados. No caso dos quatro menores estados, há em todo período uma oscilação em torno de 0,3%. Além disso, quando se lhes acrescenta a participação dos quatro estados imediatamente maiores, percebe-se uma constância do indicador, que se situa abaixo de 2% de participação (exceto *outliers*).

Gráfico 4
 Coeficiente de concentração (CR) dos quatro e dos oito maiores e menores estados em participação no crédito total
 (agosto de 1994 a novembro de 2002) – Em %



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Banco Central do Brasil.

O coeficiente de concentração apresenta diversos problemas metodológicos que levam os pesquisadores a preterir-lo em favor do índice de Herfindahl-Hirschman (IHH) (ver Kupfer et al., 2002, cap. 4). O IHH é dado por:

$$IHH = \sum_{i=1}^n s_i^2$$

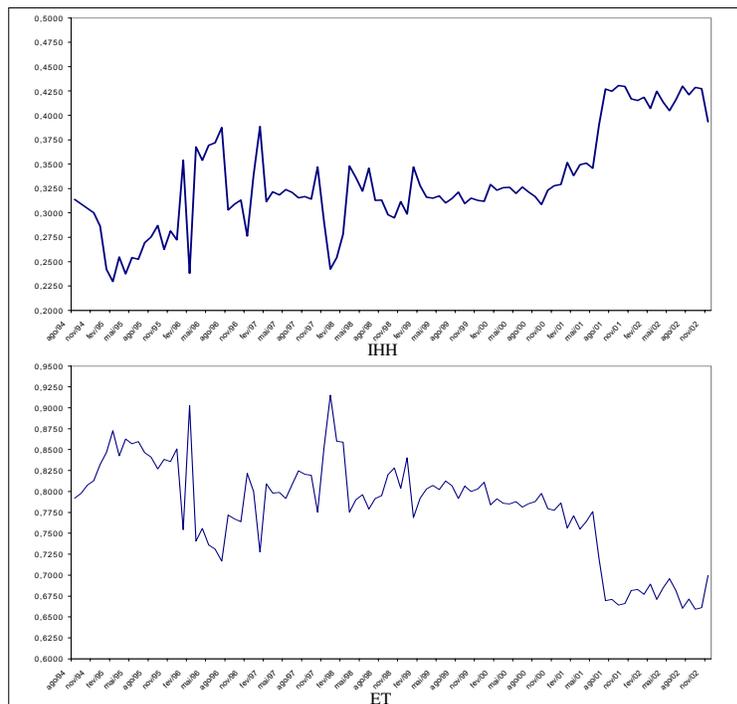
sendo n igual às 26 observações (os estados sem o Distrito Federal). O IHH varia entre $1/n$ (0,038462) e 1. Quanto mais próximo de 1, maior será a concentração medida pelo IHH; vice-versa para valores próximos de $1/n$.

A desvantagem do IHH é que, uma vez que ele eleva cada s_i ao quadrado, tende a superestimar a concentração, reduzindo o peso das menores observações. O indicador alternativo é o índice de entropia de Theil, dado por:

$$ET = - \sum_{i=1}^n s_i \cdot \ln s_i$$

Este, ao aplicar o logaritmo em cada observação, aumenta o peso das menores observações. O intervalo de variação do ET é entre 0 e $\ln(n)$ (1,414973). Quanto mais próximo de zero, maior a concentração; vice-versa para valores próximos de 1,41. Pode-se perceber que ET é uma função inversa do IHH, mas eles não são simétricos (isto é, os resultados gerados não são complementares). A evolução destes índices para a série de participação do crédito por estado são mostrados no Gráfico 5.

Gráfico 5
Evolução dos índices de Herfindahl-Hirschman (IHH) e de entropia de Theil (ET)
(agosto de 1994 a novembro de 2002)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Banco Central do Brasil.

O Gráfico 5 mostra que os dois índices confirmam um aumento da concentração entre os estados. O IHH aumenta de 0,3138 em agosto de 1994 para 0,3933 em novembro de 2002. Da mesma forma, o ET varia de 0,7920 em agosto de 1994 para 0,6995. Aparentemente, o ET apresenta concentração mais acentuada que o IHH; contudo a amplitude de variação dos índices não é a mesma. Se se ajustam ambos os índices para assumirem valores entre 0 e 1, verifica-se que o IHH eleva-se em 827 milésimos, enquanto o ET se reduz em 654 milésimos.

Em síntese, os diversos dados e testes apresentados nessa seção apontam para uma significativa desigualdade entre os estados brasileiros, tanto em termos de atendimento quanto de oferta de crédito bancário. Demonstramos também que, aparentemente, o processo de reestruturação bancária observado nos últimos anos, antes de auxiliar na redução das desigualdades entre estados, tem feito ampliá-la.

A seguir, procuramos obter uma avaliação mais precisa desses processos mediante a estimativa de quais seriam os determinantes do crédito no Brasil, em especial o papel das privatizações e aquisições de bancos de forte atuação regional, as quais, juntamente com a ampliação de grupos bancários estrangeiros no Brasil, são as mais relevantes características da reestruturação bancária recente.

3 Efeitos das privatizações e aquisições sobre o crédito bancário

Como expusemos acima, há duas importantes características no recente processo de reestruturação do sistema bancário brasileiro: a privatização de bancos estaduais e a ampliação da participação de instituições estrangeiras. Infelizmente, porém, neste trabalho avaliaremos apenas o impacto da primeira característica, uma vez que não dispomos ainda de indicadores da participação estrangeira no setor bancário em nível estadual. Com o intuito de inferirmos o impacto da diminuição de bancos públicos estaduais, bem como de alguns importantes bancos privados com forte atuação regional (Bamerindus, em 1997; Nacional, em 1995; Banorte e Econômico, em 1996), utilizamos a metodologia de dados em painel, o que nos permitiu, adicionalmente, estimar os efeitos de outras variáveis sobre o crédito bancário.

Nossa amostra abrange dados anuais relativos aos anos de 1994 a 2002, para 26 estados brasileiros – excluimos o Distrito Federal devido às razões apontadas na seção anterior –, a respeito das seguintes variáveis:

- Crédito per capita, definido como o valor médio do crédito em cada unidade da federação, dividido pela população do estado, em cada ano;
- PIB per capita, definido como o PIB do estado dividido pela população total do estado, a cada ano;
- densidade de agências, definida como o número de agências bancárias dividido pela população total do estado (multiplicado por 100 mil);

- privatização, definida como uma variável *dummy* que assume o valor 1 para os estados que tiveram algum banco, cuja sede era neste estado, privatizado a partir do ano da privatização e zero em caso contrário;
- aquisição, definida de forma análoga à privatização para os quatro bancos supracitados.

Convém salientar que, diferentemente da seção precedente, na qual utilizamos o indicador usual da razão crédito/PIB, na estimativa com dados em painel adotamos o crédito per capita como variável dependente, pois esta opção nos permitiu examinar o impacto do PIB no crédito.

Após amplo exame de uma série de variáveis,¹⁴ a equação básica do modelo de painel a ser estimada é a seguinte:

$$\ln(\text{cred}_{it}) = \alpha + \gamma_1 \ln(y_{i,t}) + \gamma_2 \text{densidade}_{it} + \gamma_3 \text{privatiza\c{c}\~{a}\~{o}}_{it} + \gamma_4 \text{aquisi\c{c}\~{a}\~{o}}_{it} + f_i + \eta_t + u_{it}$$

na qual f_i é o efeito específico associado a cada estado e invariante no tempo, não observável; η_t é o efeito temporal, que será capturado através de *dummies* temporais; u_{it} é o termo de erro aleatório.

Observamos que a estimação de um modelo como o da equação acima, por mínimos quadrados ordinários, leva a estimativas viesadas dos coeficientes, já que estaríamos ignorando a dimensão temporal dos dados e a existência dos efeitos específicos inerentes a cada estado. Para verificarmos se os efeitos fixos eram estatisticamente diferentes entre os estados, aplicamos o teste de Breusch-Pagan, que rejeitou fortemente a hipótese de efeito fixo comum.

Desta forma, optamos por estimar o modelo com base em algum método que levasse em conta este aspecto. Os candidatos naturais foram os estimadores de efeitos fixos e de efeitos aleatórios. O estimador de efeitos fixos assume que o efeito específico é correlacionado com o vetor de variáveis explicativas, ou seja, $E(f_i/X_{it}) \neq 0$. Já o modelo de efeitos aleatórios assume que o efeito fixo é não correlacionado com as demais variáveis explicativas. Para escolhermos entre os dois estimadores, realizamos o teste de Hausman. Os resultados apontaram para a não-rejeição da hipótese nula de diferença não sistemática entre os coeficientes estimados pelos dois métodos.

Desta forma, com base no teste de Breusch-Pagan, que indicou a existência de efeitos específicos, e no teste de Hausman, que apontou a inexistência de correlação do efeito fixo com os demais regressores, optamos pelo estimador de efeitos aleatórios. Além disso, estimamos também o modelo de

(14) Esclarecemos que as variáveis “proporção de cidades sem agências bancárias no estado” e “depósitos bancários per capita” também poderiam afetar o comportamento do crédito bancário. No entanto, elas mostraram alto grau de correlação (acima de 70%) com as variáveis “densidade de agências” e “PIB per capita”, respectivamente, o que provocaria o problema de multicolinearidade. Como estas variáveis captariam os mesmos aspectos das efetivamente utilizadas, decidimos descartá-las.

efeitos aleatórios, assumindo autocorrelação de primeira ordem do termo de erro. Os resultados das estimativas estão na Tabela 6.

Tabela 6
Resultado das estimativas

	(1)	(2)	(3)
	MQO	Efeitos aleatórios	Efeitos aleatórios com AR(1)
Ln (PIB per capita)	0,362 ⁽¹⁾	0,371 ⁽¹⁾	0,416 ⁽¹⁾
Densidade	0,126 ⁽¹⁾	0,121 ⁽¹⁾	0,118 ⁽¹⁾
Privatização	0,221 ⁽¹⁾	0,020	0,032
Aquisição	-0,040	-0,387 ⁽¹⁾	-0,337 ⁽¹⁾
1994	-----	-----	-----
1995	0,244	0,255 ⁽¹⁾	0,252 ⁽¹⁾
1996	0,327 ⁺	0,363 ⁽¹⁾	0,353 ⁽¹⁾
1997	0,650 ⁽¹⁾	0,712 ⁽¹⁾	0,697 ⁽¹⁾
1998	0,568 ⁽¹⁾	0,642 ⁽¹⁾	0,624 ⁽¹⁾
1999	0,475 ⁽¹⁾	0,556 ⁽¹⁾	0,537 ⁽¹⁾
2000	0,376 ⁽¹⁾	0,473 ⁽¹⁾	0,451 ⁽¹⁾
2001	0,283 ⁽¹⁾	0,395 ⁽¹⁾	0,373 ⁽¹⁾
2002	0,133	0,253 ⁽¹⁾	0,230 ⁽¹⁾
Constante	2,277 ⁽¹⁾	2,240 ⁺	1,897
R ²	0,684	0,647	0,655

Obs: ⁽¹⁾ significativo a 5%; ⁺ significativo a 10%

Apenas a título de ilustração, mostramos, na primeira coluna, os resultados da regressão por mínimos quadrados ordinários, que padecem dos problemas comentados anteriormente. Entretanto, é interessante notar a diferença entre os coeficientes estimados nas colunas (1) e (2); principalmente as *dummies* de privatização e aquisição são diferentes entre si. Isso demonstra o tamanho do viés que uma estimativa inapropriada por mínimos quadrados ordinários pode causar.

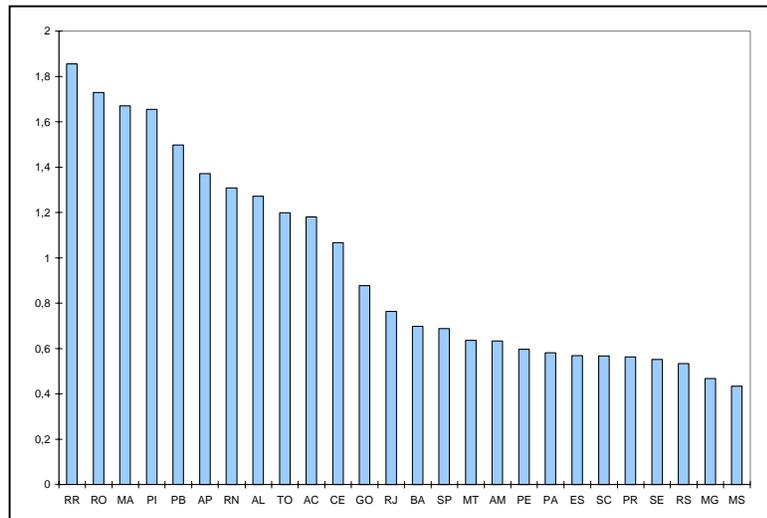
Desta forma, ao nos concentrarmos no estimador de efeitos aleatórios, podemos realizar algumas inferências interessantes. Salientamos, dessa forma, que o coeficiente do PIB per capita mede a elasticidade do crédito per capita em relação ao PIB. Assim, a partir de nossa estimativa, espera-se que o crédito per capita nos estados cresça 0,37% para um aumento de 1% no PIB per capita. A observação dessa elasticidade mostra-se coerente com o fato de a relação crédito bancário- PIB ter-se reduzido nos últimos anos.

A variável densidade de agências também apresentou o sinal esperado *a priori*, pois é razoável assumir que, quanto maior o número de agências por habitante, maior a disponibilidade de crédito. O coeficiente estimado de 0,121

indica que, se a densidade de agências aumentasse em 1 unidade (ou seja, uma agência a mais para cada cem mil habitantes), o crédito per capita cresceria R\$140,00 sobre o valor do crédito per capita médio no período (R\$ 1.158,00). Em termos de elasticidade, o aumento de 1% na densidade de agências provocaria, na média, aumento de 0,96% no crédito per capita. Entretanto, este valor médio não reflete o que ocorreria nos diferentes estados. Desta forma, construímos o gráfico abaixo, que mostra a elasticidade do crédito per capita com relação à densidade de agências desagregada por estados:

Gráfico 6

Elasticidade do crédito per capita com relação à densidade de agências por estados



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Banco Central do Brasil e do IBGE.

Percebemos que Roraima apresentaria o maior aumento percentual no crédito per capita em resposta a um aumento de 1% da densidade de agências. Vale ressaltar que apenas oito estados, todos das regiões Norte e Nordeste, apresentariam elasticidade maior que a referente à média nacional. Por outro lado, os estados mais desenvolvidos apresentam elasticidades bem abaixo da unidade. Destacamos os casos de São Paulo (0,69) e Rio de Janeiro (0,76). Este resultado indica que o aumento no atendimento bancário, nos estados mais pobres, traria uma resposta significativa em termos do crédito per capita nestas regiões.

Em relação aos efeitos das privatizações sobre a oferta per capita de crédito bancário, observamos que o nosso modelo aponta para a inexistência de qualquer impacto estatisticamente significativo. Salienta-se que outras especificações foram testadas, mas todas geraram o mesmo resultado. Isso, de certa forma, é surpreendente. Afinal, estudos feitos em outros países conduzem à hipótese de que, quando grandes bancos adquirem bancos de menor porte e com

foco regional, tende a ocorrer redução da oferta de crédito na respectiva região.¹⁵ Uma possível explicação para a ausência de significância é o fato de que, a partir de 1995, muitos dos bancos estaduais promoveram ajustes nas suas estratégias de oferta de crédito, mesmo antes de serem efetivamente privatizados. Assim, quando os grandes grupos bancários nacionais ou estrangeiros compraram os bancos estaduais, estes já operavam de forma cautelosa a concessão de crédito.

Por sua vez, a *dummy* referente às aquisições mostrou-se significativa, indicando um impacto negativo sobre o volume de crédito per capita, ou seja, a transferência de controle dos bancos Nacional, Econômico, Banorte e Bamerindus parece ter contribuído negativamente nos respectivos estados. Tal observação abre espaço para a defesa de políticas governamentais que incentivem a atuação de bancos com foco regional.

Outro resultado interessante é o referente às *dummies* temporais. Como o ano de referência é 1994, os coeficientes revelam o efeito sobre o crédito per capita de todos os eventos acontecidos nos demais anos, que afetam os estados da mesma forma. Assim, percebemos um efeito crescente sobre o crédito até 1997, passando a cair até 2002, mas sem se tornar negativo. É interessante notar que este resultado coaduna-se com o apresentado no Gráfico 2.

Por fim, percebemos que o modelo da coluna (2) mostrou-se robusto, já que, ao realizarmos a estimativa por efeitos aleatórios assumindo o termo de erro auto-regressivo de primeira ordem, os resultados foram muito semelhantes. Assim, qualquer possível viés existente na especificação (2) não trouxe alteração significativa às estimativas.

Considerações finais

Ao longo do nosso trabalho, apresentamos e discutimos uma série de dados que mostra a distribuição estadual de crédito bancário no Brasil. Notamos que, em conexão com o processo de reestruturação do sistema bancário no país, São Paulo ampliou sua vantagem em relação aos demais estados, tanto em termos de estado-sede de grupos bancários como de razão crédito bancário/PIB. Embora, em 2002, tal razão tenha sido de 27,32% para o Brasil, ao desagregarmos os dados em termos estaduais, vemos que, em São Paulo, ela alcançou quase o dobro (50,30%) da média nacional, enquanto, na ampla maioria dos demais estados, tal razão não chegou a 20%.

Em termos mais gerais, observamos, no período sob análise, uma piora nos índices que medem a concentração de crédito bancário entre os estados brasileiros, bem como aumento do número de municípios desprovidos de agências bancárias. Como há, na literatura internacional, consenso a respeito de que a

(15) Ver, por exemplo, Peek & Rosengren (1998) e Sapienza (2002).

disponibilidade de crédito é uma importante variável a determinar as taxas de crescimento econômico no longo prazo, pode-se concluir que, no Brasil, o recente processo bancário de reestruturação está contribuindo para reforçar as desigualdades econômicas regionais. Além disso, fica evidente que a recorrente discussão sobre a baixa relação crédito bancário/PIB no país precisa, com urgência, envolver também aspectos regionais.

Reforçam tais conclusões os resultados obtidos no nosso estudo com dados de painel. Embora ele tenha apontado que as privatizações de bancos estaduais não têm tido efeitos estatisticamente significativos sobre o crédito bancário per capita, mostrou que as aquisições de grupos bancários com forte foco regional (ainda que também operantes em nível nacional), por grupos estrangeiros ou nacionais com sedes em São Paulo, tiveram impactos negativos. Outro resultado que também chama a atenção é a elasticidade da ampliação do número de agências para cada 100 mil habitantes (índice de densidade de agências) sobre crédito bancário per capita. Além de ela ser positiva, observamos que é maior justamente nos estados brasileiros menos desenvolvidos. Ambos os resultados parecem ser favoráveis a políticas governamentais que estimulem a ação de bancos privados com foco regional.

Além disso, cumpre ressaltar também que os dados apresentados e as informações qualitativas que lhes estão associadas podem estar refletindo a incapacidade do sistema bancário brasileiro de atuar via oferta de crédito, como elemento impulsionador do crescimento econômico do país. Outros trabalhos poderiam qualificar ou dar robustez a esta hipótese. Particularmente, uma análise das condições do setor bancário no período anterior ao Plano Real; uma análise da economia regional nos estados e/ou regiões que sofreram as alterações mais pronunciadas; e uma análise de causalidade entre os indicadores de crédito e os de crescimento econômico seriam, todos, temas relevantes para esta agenda de pesquisa.

Referências bibliográficas

ANDREZO, Andrea Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. *Mercados financeiros: aspectos históricos e conceituais*. São Paulo: Pioneira, 1999.

BARROS, J. R. M., ALMEIDA JÚNIOR, M. F. *Análise do ajuste do Sistema Financeiro no Brasil*. Brasília: Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica, 1997. (Mimeogr.).

BASSOLI, Alexandre Correa; PESSOA, Samuel de Abreu. Inflation and overbanking. *Ensaio Econômicos da EPGA*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n. 380, 2000.

BONACORSI DE PATI, E.; GOBBI, G. The effects of bank consolidation and market entry on small business lending. *Tem di Discussione del Servizio Studi*, Banca D'Italia, n. 404, jun. 2001.

- CARVALHO, F. J. C. *The recent expansion of foreign banks in Brazil: first results*. University of Oxford. Center for Brazilian Studies, Mar. 2001. (Working Paper, n. 18-01).
- CERQUEIRA, R. C. Créditos e inadimplência no Sistema Financeiro Nacional: evolução recente. *Boletim Conjuntural*, Brasília: Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada, n. 42, 1998.
- EICHENGREEN, B.; HAUSSMANN, R. Exchange rates and financial fragility. *New Challenges for Monetary Policy*, Federal Reserve Bank of Kansas City, 1999.
- JAYARATNE, J., STRAHAN, P. E. The finance-growth nexus: evidence from bank branch deregulation. *Quarterly Journal of Economics*, 111, Aug. p. 639-670, 1996.
- KRETZER, Jucélio. *Os efeitos das fusões e incorporações na estrutura do mercado bancário brasileiro: 1964-1984*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 1996. (Dissertação, Mestrado).
- KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.
- LARAIN, F.; VELASCO, A. Exchange rate policy in emerging market economies: the case for floating. *Essays in International Finance*, Princeton of University, n. 224, Dec. 2001.
- LEVINE, R.; ZERVOS, S. Stock markets, banks, and economic growth. *The American Economic Review*, 88, p. 537-558, Jun. 1998.
- MCQUERRY, Elizabeth. Managed care for Brazil's banks. *Economic Review*, Atlanta: Federal Reserve Bank of Atlanta, 2º trim. 2001.
- MOURA, A. Palestra. In: CYSNE, Rubens Penha (Ed.). ENCONTRO NACIONAL SOBRE MERCADOS FINANCEIROS, POLÍTICA MONETÁRIA E POLÍTICA CAMBIAL, 4, 1998, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- PEEK, J.; ROSENGREN, E. S. Banking consolidation and small business lending: it's not just bank size that matters. *Journal of Banking and Finance*, v. 22, n. 6-8, p. 799-820, Aug. 1998.
- PUGA, F. P. *Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. (Textos de Discussão, n. 68).
- ROCHA, F. A. S. Evolução da concentração bancária no Brasil. *Notas Técnicas do Banco Central do Brasil*, n. 11, nov. 2001.
- SAPIENZA, P. The effects of banking mergers on loan contracts. *Journal of Finance*, v. 58, n. 1, p. 329-367, Feb. 2002.